

CARDIF DO BRASIL SEGUROS E GARANTIAS S.A. - CNPJ 08.279.191/0001-84

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais)

Sensibilidade em 31 de dezembro de 2015

	Taxa de juros 2%	Taxa de juros -2%	Sinistralidade (1) -10%
Impacto sobre lucro antes de impostos e contribuições	1.357	(8.344)	10.479
Impacto sobre o patrimônio líquido	747	(4.589)	6.287

Sensibilidade em 31 de dezembro de 2014

	Taxa de juros 2%	Taxa de juros -2%	Sinistralidade (1) -10%
Impacto sobre lucro antes de impostos e contribuições	2.014	(6.351)	8.511
Impacto sobre o patrimônio líquido	1.208	(3.810)	5.107

Na hipótese de a sinistralidade apresentar variação de +10% os impactos econômicos seriam inversamente proporcionais aos apresentados no quadro acima.

Limitações da análise de sensibilidade: Os quadros acima demonstram o efeito de uma mudança em uma premissa importante enquanto as outras premissas permanecem inalteradas. Na realidade, existe uma correlação entre as premissas e outros fatores. Deve também ser observado que essas sensibilidades não são lineares, impactos maiores ou menores não devem ser interpolados ou extrapolados a partir desses resultados. As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira da Seguradora poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorrer. Por exemplo, a estratégia de gerenciamento de risco visa gerenciar a exposição a flutuações no mercado. À medida que os mercados de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção. Outras limitações nas análises de sensibilidade incluem o uso de movimentações hipotéticas da Seguradora no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão da Administração de possíveis mudanças no mercado no futuro próximo que não podem ser previstas de forma confiável, além de considerar como premissa, que todas as taxas de juros se movimentam de forma idêntica. **Sensibilidade das estimativas:** Os ativos financeiros são mensurados pelo valor justo com base nas informações cotadas no mercado ou em dados de mercado observados. Quando estimativas são usadas, estas se baseiam em uma combinação de evidências de terceiros independentes e modelos desenvolvidos internamente, ajustados aos dados de mercado observáveis, quando possível. Enquanto que essas avaliações são sensíveis a estimativas, acredita-se que alterar uma ou mais premissas para premissas alternativas razoavelmente possíveis não alteraria o valor justo de maneira significativa. **Concentração de riscos:** O risco de catástrofe natural é avaliado pela projeção de perdas potenciais nas áreas mais predispostas a perigos. Essas avaliações abordam principalmente o risco de tornados, granizo, vendavais, terremotos, enchentes de rios, epidemias, condições climáticas e outros fatores. As catástrofes provocadas pelo homem incluem, entre outras, incêndios em grande escala e terrorismo. Os riscos de catástrofes provocadas pelo homem apresentam um desafio para ser avaliado, devido ao alto grau de incerteza sobre quais eventos poderiam efetivamente ocorrer. Potenciais exposições são monitoradas analisando determinadas concentrações em algumas áreas geográficas, utilizando uma série de premissas sobre as características potenciais da ameaça. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e linha de negócios baseada nos prêmios diretos subscritos. A exposição aos riscos varia significativamente por região geográfica e pode mudar ao longo do tempo.

Total de prêmios emitidos líquidos por regiões geográficas em 31 de dezembro de 2015

Ramo	Sudeste	Sul	Nordeste	Norte	Centro-oeste	Total
Extensão de garantias	73.622	11.327	21.246	2.133	12.165	120.493
Riscos diversos	141.901	22.047	22.692	4.340	18.665	209.645
Compreensivo residencial	4.390	735	617	90	561	6.393
Automóvel	25.823	4.758	3.313	618	3.378	37.890
Roubo	19.362	2.851	2.291	380	1.941	26.825
Fiança locatícia	249	45	44	11	44	393
DPVAT	18.431	7.624	7.055	2.154	3.571	38.835
Total	283.778	49.387	57.258	9.726	40.325	440.474

Total de prêmios emitidos líquidos por regiões geográficas em 31 de dezembro de 2014

Ramo	Sudeste	Sul	Nordeste	Norte	Centro-oeste	Total
Extensão de garantias	119.149	8.979	53.859	294	15.647	197.928
Riscos diversos	60.924	5.342	6.754	1.657	3.753	78.430
Compreensivo residencial	45.118	6.055	3.821	276	3.133	58.403
Automóvel	27.776	4.833	1.237	70	1.146	35.061
Roubo	26.237	2.813	1.439	32	552	31.074
Fiança locatícia	16.453	7.174	6.231	1.981	3.307	35.146
DPVAT	16.453	7.174	6.231	1.981	3.307	35.146
Total	295.657	35.196	73.341	4.310	27.538	436.042

(b) Risco de crédito: Risco de crédito é a possibilidade da contraparte de uma operação financeira não cumprir ou sofrer alteração na capacidade de honrar suas obrigações contratuais, podendo gerar assim alguma perda para a Seguradora. O risco de crédito relacionado à operação de seguros da Seguradora está integralmente concentrado nos parceiros de venda, que repassam os valores dos prêmios à Seguradora, independentemente do seu recebimento pelo seguro. A Administração considera como baixo o risco de inadimplência por parte de seus parceiros comerciais, visto que não há evidências objetivas de que os compromissos não serão honrados pelas contrapartes. A tabela a seguir apresenta todos os ativos financeiros detidos pela Seguradora, distribuídos por *rating* de crédito divulgados por agências renomadas de *rating* (*Standard & Poor's, Fitch Rating Brasil e Moody's*). Os ativos classificados na categoria "sem *rating*" compreendem, substancialmente, a valores relativos a investimentos em quotas de fundos e prêmios a receber.

Composição da carteira por categoria contábil - 31 de dezembro de 2015

	AAA	AA+	AA1	AA-	F1	Sem <i>rating</i>	Saldo Consolidado
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	-	-	5.752	5.752
Quotas de fundos de investimentos abertos	-	-	-	-	-	77.544	77.544
Títulos de renda fixa públicos	135.917	-	-	-	-	-	135.917
Títulos de renda fixa privados	5.978	8.307	1.554	668	-	-	16.508
Certificados de depósitos bancários	-	-	-	-	8.231	-	8.231
Prêmios a receber de seguros	-	-	-	-	-	153.291	153.291
Exposição máxima ao risco de crédito	141.895	8.307	1.554	668	8.231	236.587	397.243

Composição da carteira por categoria contábil - 31 de dezembro de 2014

	AAA	AA+	AA1	AA-	F1	Sem <i>rating</i>	Saldo Consolidado
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	-	-	2.674	2.674
Quotas de fundos de investimentos abertos	-	-	-	-	-	87.288	87.288
Títulos de renda fixa públicos	123.315	-	-	-	-	-	123.315
Títulos de renda fixa privados	14.827	2.366	671	-	-	-	17.864
Certificados de depósitos bancários	-	-	-	5.554	-	-	5.554
Prêmios a receber de seguros	-	-	-	-	-	168.767	168.767
Exposição máxima ao risco de crédito	138.142	2.366	671	5.554	-	258.729	405.462

(c) Risco de liquidez: Está relacionado tanto com a incapacidade da Seguradora saldar seus compromissos, quanto aos sacrifícios ocasionados na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. Controles exaustivos da liquidez são mantidos para garantir recursos financeiros suficientes para cumprir suas obrigações à medida que estas atingem seu vencimento. **Gerenciamento do risco de liquidez:** É realizado pelo Departamento Financeiro e tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações, assim como a liquidez dos instrumentos financeiros utilizados na gestão das posições financeiras. O conhecimento e o acompanhamento desse risco são cruciais, sobretudo para habilitar a Seguradora a liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro. **Controle do risco de liquidez:** São elaboradas análises de fluxo de caixa projetado, sobretudo os relacionados aos ativos garantidores das provisões técnicas a fim de mitigar os riscos financeiros. Adicionalmente, é mantida uma "Carteira de Liquidez", constituída por investimentos de curto prazo, para cobrir eventuais cenários de stress. **Exposição ao risco de liquidez:** O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa de nossa carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. A administração do risco financeiro envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. **Gerenciamento de ativos e passivos (Assets and Liabilities Management - ALM):** Um dos aspectos principais no gerenciamento de riscos é o encontro dos fluxos de caixa dos ativos e passivos. Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é otimizar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito. As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações e benefícios são periodicamente revisadas. Essas estimativas são inerentemente subjetivas e podem impactar diretamente na capacidade em manter o balanceamento de ativos e passivos. O gerenciamento do risco de liquidez é realizado pela Gerência Financeira e tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações. A Seguradora monitora, por meio da gestão de ativos e passivos (ALM), as entradas e os desembolsos futuros, a fim de manter o risco de liquidez em níveis aceitáveis e, caso necessário, apontar com antecedência possíveis necessidades de redirecionamento dos investimentos. O quadro a seguir demonstra o alinhamento entre ativos e passivos:

Fluxos de caixa contratuais não descontados em 31 de dezembro de 2015

	0 - 3 meses	4 - 6 meses	7 - 9 meses	10 - 12 meses	13 - 24 meses	Acima de 24 meses	Sem vencimento determinado	Total
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	-	-	-	-	-	-	-	-
Quotas de fundos de investimentos abertos	77.544	-	-	-	-	-	-	77.544
Certificados de depósitos bancários	-	8.231	-	-	-	-	-	8.231
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	5.665	1.885	1.601	1.917	5.440	-	16.508
Títulos de renda fixa privados	-	-	-	-	-	-	-	-
Títulos de renda fixa públicos	18.131	-	21.588	-	34.369	61.829	-	135.917
Créditos das operações com seguros e resseguros	153.291	-	-	-	-	-	-	153.291
Prêmios a receber de seguros	153.291	-	-	-	-	-	-	153.291
Operações com seguradoras	87.977	-	-	-	-	-	-	87.977
Caixa e equivalentes de caixa	5.752	-	-	-	-	-	-	5.752
Custos de aquisição diferidos	-	-	-	-	-	-	219.963	219.963
Total dos ativos financeiros	342.695	13.896	23.473	1.601	36.286	67.269	219.963	705.183
Provisões técnicas de seguros	-	-	-	-	-	-	295.123	295.123
Passivos financeiros	15.316	-	-	-	-	-	-	15.316
Obrigações a pagar	15.316	-	-	-	-	-	-	15.316
Impostos, contribuições e encargos sociais	11.328	-	-	-	-	-	-	11.328
Débitos de operações com seguros e resseguros	195.034	-	-	-	-	-	-	195.034
Encargos trabalhistas	1.366	-	-	-	-	-	-	1.366
Depósitos de terceiros	1.328	-	-	-	-	-	-	1.328
Total dos passivos financeiros	224.372	-	-	-	-	-	295.123	519.495

Fluxos de caixa contratuais não descontados em 31 de dezembro de 2014

	0 - 3 meses	4 - 6 meses	7 - 9 meses	10 - 12 meses	13 - 24 meses	Acima de 24 meses	Sem vencimento determinado	Total
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	-	-	-	-	-	-	-	-
Quotas de fundos de investimentos abertos	87.288	-	-	-	-	-	-	87.288
Certificados de depósitos bancários	5.554	-	-	-	-	-	-	5.554
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	2.292	2.926	4.357	8.289	-	-	17.864
Títulos de renda fixa privados	-	-	-	-	-	-	-	-
Títulos de renda fixa públicos	9.596	8.389	13.397	-	54.129	37.804	-	123.315
Créditos das operações com seguros e resseguros	168.767	-	-	-	-	-	-	168.767
Prêmios a receber de seguros	168.767	-	-	-	-	-	-	168.767
Operações com seguradoras	81.437	-	-	-	-	-	-	81.437
Caixa e equivalentes de caixa	2.674	-	-	-	-	-	-	2.674
Custos de aquisição diferidos	-	-	-	-	-	-	220.735	220.735
Total dos ativos financeiros	355.316	10.681	16.323	4.357	62.418	37.804	220.735	707.634
Provisões técnicas de seguros	-	-	-	-	-	-	387.559	387.559
Passivos financeiros	15.390	-	-	-	-	-	-	15.390
Obrigações a pagar	15.390	-	-	-	-	-	-	15.390
Impostos e contribuições	11.828	-	-	-	-	-	-	11.828
Débitos de operações com seguros e resseguros	212.442	-	-	-	-	-	-	212.442
Encargos trabalhistas	1.003	-	-	-	-	-	-	1.003
Depósitos de terceiros	3.285	-	-	-	-	-	-	3.285
Total dos passivos financeiros	243.948	-	-	-	-	-	387.559	631.507

Os títulos públicos de renda fixa da Seguradora estão classificados como disponíveis para venda, sendo ajustados ao valor de mercado, estando disponíveis para resgate em qualquer momento independente da data de vencimento, sem nenhum prejuízo para Seguradora. **(d) Risco de mercado:** É a exposição à ocorrência de perdas resultantes da flutuação dos valores de mercado, incluindo variação cambial, das taxas de juros, dos preços das ações, dos índices de preços e outros índices sobre esses fatores de risco. **(e) Risco operacional:** A Seguradora define risco operacional como o risco de perda resultante de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou falhos e de eventos externos que ocasionem ou não a interrupção de negócios. A gestão de risco operacional é fundamentada na elaboração e implantação de metodologias e ferramentas que uniformizam o formato de coleta e tratamento dos dados históricos de perdas, e encontra-se de acordo com as melhores práticas de gestão do risco operacional. **(f) Gestão do capital: Gerenciamento de capital:** O gerenciamento de capital da Seguradora procura otimizar a relação risco versus retorno de modo a minimizar perdas, por meio de estratégias de negócios bem definidas, em busca de maior eficiência na composição dos fatores que impactam na Margem de Solvência e/ou Capital Mínimo Requerido (Resolução CNSP nº 321/15). Nos termos da Resolução CNSP nº 321/15 o Capital Mínimo Requerido (CMR) para funcionamento das sociedades seguradoras equivale ao maior valor entre o capital-base e o capital de risco (riscos de subscrição, de crédito e operacional). A Seguradora executa sua gestão de risco de capital através de um modelo de gestão centralizado com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório segundo critérios de exigibilidade de capital mínimos requeridos pela SUSEP. A estratégia e modelo utilizado pela Administração consideram ambos como capital regulatório e capital econômico, segundo a visão de gestão de risco de capital adotada pela Seguradora. A estratégia de gestão de risco de capital é de continuar a maximizar o valor do capital por meio da otimização de ambos os níveis e manter níveis de precificação adequados para os contratos subscritos. As decisões sobre a alocação dos recursos de capital são conduzidas como parte da revisão do planejamento estratégico da Seguradora. A Seguradora manteve níveis de capital acima dos requerimentos mínimos regulatórios. Vide tabela apresentada na Nota 17, com o cálculo do capital mínimo regulatório da Seguradora em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014.

5 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Estão representadas por títulos públicos e privados de renda fixa, avaliados ao valor de mercado na data do balanço:

Títulos	1 a 30 dias ou sem vencimento	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil	% Categoria	Valor de referência (I)	Ajuste da avaliação a mercado
Títulos para negociação (II)	77.544	8.231	-	-	85.775	36%	85.775	-
Quotas de fundos de investimentos abertos	77.544	-	-	-	77.544	-	77.544	-
Certificados de depósitos bancários	-	8.231	-	-	8.231	-	8.231	-
Títulos disponíveis para venda	18.131	5.665	25.074	103.555	152.425	64%	155.813	(3.388)
Títulos de renda fixa públicos	18.131	-	21.588	96.198	135.917	-	139.309	(3.392)
Títulos de renda fixa privados	-	5.665	3.486	7.357	16.508	-	16.504	4
Total em dezembro de 2015	95.675	13.896	25.074	103.555	238.200	100%	241.588	(3.388)
Total em dezembro de 2014	102.438	10.681	20.680	100.222	234.021	100%	236.587	(2.567)

(I) Representa o valor do custo atualizado para os títulos e valores mobiliários.

(II) Os títulos para negociação são classificados no ativo circulante independentemente do prazo de vencimento.

Movimentação em 31 de dezembro de 2015

Aplicações	Saldo em 31/12/14	Aplicações 31/12/15	Renta-bilidade	MTM	Resgates	Saldo em 31/12/15
Quotas de fundos de investimentos abertos (a)	87.288	181.484	9.762	-	(200.990)	77.544
Certificados de depósitos bancários (a)	-	5.554	16.500	989	-	8.231
Títulos de renda fixa públicos (b)	123.315	273.594	14.993	(807)	(275.178)	135.917
Títulos de renda fixa privados (c)	17.864	6.991	2.490	(14)	(10.823)	16.508
Total	234.021	478.569	28.234	(821)	(501.803)	238.200

Movimentação em 31 de dezembro de 2014

Aplicações	Saldo em 31/12/13	Aplicações 31/12/14	Renta-bilidade	MTM	Resgates
------------	-------------------	---------------------	----------------	-----	----------

CARDIF DO BRASIL SEGUROS E GARANTIAS S.A. - CNPJ 08.279.191/0001-84

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais)

Os saldos das provisões técnicas constituídas complementarmente referentes ao DPVAT estão demonstrados abaixo:

	31/12/2015	31/12/2014
Provisão de sinistros a liquidar	17.618	18.742
Provisão IBNR	31.340	19.261
Provisão de despesas administrativas DPVAT	358	461
Total	49.316	38.464

e) Teste de adequação dos passivos (TAP): O resultado do teste efetuado em conformidade com a Circular SUSEP nº 517 de 31 de dezembro de 2015, demonstrou suficiência na adequação dos passivos, não sendo necessária desta forma a constituição de qualquer provisão complementar de cobertura.

16 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Composição do capital social: Em 31 de dezembro de 2015 o capital social da Seguradora é de R\$ 194.906, totalmente subscrito, integralizado e dividido em 194.906.023 ações ordinárias, nominativas e com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de dezembro de 2015, os acionistas deliberaram, entre outros assuntos, o aumento de capital de 97.000.000 ações ordinárias nominativas e com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, que foram subscritas pelos acionistas em dezembro de 2015, este aumento de capital encontra-se em fase de aprovação pela SUSEP.

(b) Reservas de lucros: As reservas de lucros são compostas por R\$ 909 (R\$ 371 em 31 de dezembro de 2014) referentes à reserva legal e R\$ 7.870 (R\$ 3.959 em 31 de dezembro de 2014) de reserva estatutária de retenção de lucros.

(c) Dividendos: Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de março de 2015, os acionistas aprovaram as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, bem como fizeram as destinações de reserva legal, nos termos do artigo 193 da Lei das S.A., de retenção de lucros, conforme previsão do artigo 196 da Lei das S.A. do plano de investimentos da Seguradora, e ratificando a distribuição dos dividendos mínimos obrigatório de 31 de dezembro de 2014, no valor de R\$ 1.137, como distribuição referente ao exercício, este montante foi totalmente pago aos acionistas em 1º de junho de 2015. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de maio de 2015, os acionistas aprovaram a distribuição de dividendos extraordinários adicional, no valor total de R\$ 3.758, oriundos das reservas de lucros, estes totalmente pagos aos acionistas em 11 de junho de 2015. Em 31 de dezembro de 2015 foram constituídos os montantes de dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido conforme determinado no Estatuto Social da Seguradora no valor de R\$ 2.556.

17 PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO, CAPITAL MÍNIMO REQUERIDO E LIQUIDEZ EM RELAÇÃO AO CAPITAL DE RISCO

As sociedades seguradoras deverão apresentar em cada fechamento mensal, Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR) e liquidez em relação ao Capital de Risco (CR). Nos termos da Resolução CNSP nº 321/15, o CMR equivale ao maior valor entre o capital base e o capital de risco (risco de subscrição, de crédito e operacional) e a liquidez em relação ao CR a situação caracterizada quando a sociedade apresentar suficiência de cobertura das provisões técnicas superior a 20% (vinte por cento) do CR. A suficiência destes indicadores de solvência está demonstrada abaixo:

	31/12/2015	31/12/2014
Patrimônio líquido	201.822	100.696
(-) Despesas antecipadas não relacionadas a resseguro	(465)	(5.232)
(-) Ativos intangíveis	(98.168)	(9.850)
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	103.189	85.614
Capital mínimo requerido (CMR)	15.000	15.000
a) Capital base	73.611	65.234
b) Capital de risco	62.905	52.059
(+) Capital de risco de subscrição	12.452	16.909
(+) Capital de risco de crédito	3.644	2.974
(+) Capital de risco operacional	(5.390)	(6.708)
(-) Benefício da correlação entre os capitais	73.611	65.234
Capital mínimo requerido (o maior entre a e b)	31.12/2015	31/12/2014
Liquidez em relação ao capital de risco (CR)	48.375	48.953
(+) Suficiência de cobertura em relação às provisões técnicas (Nota 15c)	(14.722)	(13.047)
(-) 20% do capital de risco	32.653	35.906

18 DETALHAMENTO DAS CONTAS DO RESULTADO

a) Ramo de atuação: Dos ramos de atuação com os quais a Seguradora opera, os principais são a extensão de garantias (garantia estendida) e compreensivo residencial. O primeiro, objetiva fornecer ao segurado a extensão ou complementação da garantia original de fábrica estabelecida no contrato de compra e venda de bens; e o segundo é destinado a residências individuais, casas e apartamentos cobrindo perdas relativas, principalmente, a roubo e furto de bens e pertences, ambos mediante pagamento do prêmio de seguro.

	2015	2014
Prêmios retidos		
Extensão de garantias	120.493	197.927
Compreensivo residencial	6.395	58.404
Riscos diversos	206.644	78.430
Automóvel	37.890	35.059
Roubo	26.826	31.076
Fiança locatícia	390	-
DPVAT	38.836	35.146
Total	440.474	436.042

	2015	2014
Varição das provisões técnicas		
Extensão de garantias	40.981	(76.023)
Compreensivo residencial	9.972	8.492
Riscos diversos	(36.980)	(33.420)
Automóvel	1.205	(543)
Roubo	555	638
Fiança locatícia	(42)	-
DPVAT	(44)	(295)
Total	15.647	(101.151)

	2015	2014
Sinistros ocorridos		
Extensão de garantias	(37.172)	(36.430)
Compreensivo residencial	(10.627)	(2.715)
Riscos diversos	(6.801)	(1.505)
Automóvel	(16.794)	(8.871)
Roubo	(194)	(5.940)
Fiança locatícia	(68)	-
DPVAT	(33.621)	(30.423)
Total	(105.277)	(85.884)

	2015	2014
Custos de aquisição		
Extensão de garantias	(109.261)	(83.393)
Compreensivo residencial	(7.468)	(32.017)
Riscos diversos	(106.182)	(26.566)
Automóvel	(6.305)	(9.118)
Roubo	(17.556)	(17.745)
Fiança locatícia	(122)	-
DPVAT	(549)	(499)
Total	(247.443)	(169.338)

	2015	2014
b) Índice de sinistralidade e comercialização		
Prêmios ganhos		
Extensão de garantias	161.474	121.905
Compreensivo residencial	16.367	66.896
Riscos diversos	172.664	45.010
Automóvel	39.095	34.516
Roubo	27.380	31.713
Fiança locatícia	349	-
DPVAT	38.792	34.851
Total	456.121	334.891
Sinistralidade %		
2015	2014	
23%	30%	
65%	4%	
4%	3%	
43%	26%	
1%	19%	
19%	-	
87%	87%	
23%	26%	
Comercialização%		
2015	2014	
68%	68%	
46%	48%	
61%	59%	
16%	26%	
64%	56%	
35%	-	
1%	1%	
54%	51%	

	2015	2014
c) Outras receitas e despesas operacionais		
Despesas com administração de apólices	(3.396)	(546)
Inspeção de risco	(372)	(276)
Lucros atribuídos - excedente financeiro	(3.002)	(3.088)
Rastreadores (instalação, manutenção e desinstalação)	(9.785)	-
Provisões cíveis	(2.871)	-
Outras receitas e despesas operacionais	1.182	(17.773)
Outras receitas e despesas operacionais - DPVAT	(591)	(519)
Total	(18.835)	(22.202)

	2015	2014
d) Despesas administrativas		
Despesas com pessoal próprio	(17.524)	(12.685)
Despesas com serviços de terceiros	(13.170)	(9.137)
Despesas com localização e funcionamento	(21.360)	(19.372)
Despesas com publicidade e propaganda	(4.236)	(4.187)
Despesas administrativas diversas	(10.408)	(6.735)
Despesas administrativas do Consórcio DPVAT	(1.873)	(1.569)
Total	(68.571)	(53.685)

	2015	2014
e) Despesas com tributos		
Impostos federais	(599)	(622)
Impostos municipais	(16)	(9)
PIS	(2.688)	(1.906)
COFINS	(16.534)	(11.731)
Taxa de fiscalização - SUSEP	(954)	(598)
Outros tributos e contribuições	(379)	(221)
Total	(21.170)	(15.087)

f) Resultado financeiro

	2015	2014
Receitas financeiras	31.054	22.110
Quotas de fundos de investimentos abertos	9.762	6.829
Certificados de depósitos bancários	989	548
Títulos de renda fixa públicos	16.917	12.797
Títulos de renda fixa privados	2.490	1.611
Outras receitas financeiras	613	155
Outras receitas financeiras - DPVAT	283	170
Despesas financeiras	(7.730)	(5.015)
Títulos de renda fixa públicos	(1.924)	(773)
Outras despesas financeiras	(167)	(157)
Outras despesas financeiras - DPVAT	(5.639)	(4.085)
Total	23.324	17.095

g) Ganhos e perdas com ativos não correntes

	2015	2014
Receitas com multas contratuais	-	-
Outras receitas com capitalização	(4.984)	(1.538)
Outras receitas não operacionais	(330)	(5.450)
Outras despesas não operacionais	18.444	12.717
Total	(2.767)	(1.907)

19 PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2015	2014
Conciliação entre as alíquotas nominais em dezembro de:		
Resultado antes do imposto de renda (após as participações)	16.877	4.513
Adições		
Ajustes permanentes	1.013	510
Ajustes temporários	5.868	14.682
Exclusões		
Ajustes permanentes	-	-
Ajustes temporários	(4.984)	(1.538)
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa	(330)	(5.450)
Base de cálculo	18.444	12.717
Alíquota (15%)	(2.767)	(1.908)
Dedução PAT (4%)	111	76
Doações	9	3
Adicional 10% IR (cima de R\$ 240)	(1.820)	(1.249)
Imposto corrente do exercício	(4.469)	(3.076)
Diferenças temporárias (líquidas)	221	3.287
Total	(4.248)	210

* A contribuição social foi constituída à alíquota de 15% entre janeiro e agosto de 2015 e 20% a partir de setembro de 2015, em cumprimento a Lei nº 13.169/15 e Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 1.591/15.

20 PARTES RELACIONADAS

	31/12/2015	31/12/2014
(a) Transações com partes relacionadas		
Ativo		
Cardif Capitalização S.A. (ii)	2.543	2.924
Total	2.543	2.924
Passivo		
Cardif do Brasil Vida e Previdência S.A. (i)	724	1.331
Cardif Capitalização S.A. (ii)	4.239	3.346
Cardif Ltda.	608	304
Total	5.571	4.981
Receita		
Cardif Capitalização S.A. (ii)	13.525	9.608
Total	13.525	3.680
Despesa		
Cardif do Brasil Vida e Previdência S.A. (i)	(2.103)	(2.236)
Cardif Capitalização S.A. (ii)	(4.469)	(3.076)
Cardif Ltda.	(3.395)	(3.118)
Total	(27.788)	(20.637)

(i) As transações com a Cardif do Brasil Vida e Previdência S.A. compreendem ressarcimentos de custos administrativos e operacionais (Nota 1). (ii) As transações com a Cardif Capitalização S.A. compreendem, compras de títulos de capitalização da modalidade incentivo utilizados para fomentar as vendas de seus produtos de seguros.

(b) Remuneração do pessoal-chave da Administração: A remuneração do pessoal-chave da Administração, que compreende todos os colaboradores com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Seguradora, foi aprovada pela Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de março de 2015, sendo composta exclusivamente por benefícios de curto prazo, no montante de R\$ 4.072 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 3.431 em 31 de dezembro de 2014). A Seguradora não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações.

21 PROVISÕES JUDICIAIS

a) Provisão de sinistros a liquidar - judicial: Em 31 de dezembro de 2015, a Seguradora responde por 2.133 (1.311 em 31 de dezembro de 2014) ações judiciais movidas por segurados em decorrência da recusa de pagamento de indenizações ou divergências em relação ao valor da indenização reclamada. A Seguradora registrou uma provisão de R\$ 630 (R\$ 1.041 em 31 de dezembro de 2014), classificada na rubrica "provisão de sinistros a liquidar". Para garantia da liquidação das ações, em certas oportunidades é requerido que os valores envolvidos sejam depositados judicialmente. O saldo de provisões judiciais de sinistros a liquidar do Consórcio DPVAT é de R\$ 14.176 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 13.812 em 31 de dezembro de 2014). O montante de sinistros classificados como "possíveis" em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 448 (R\$ 858 em 31 de dezembro de 2014). Para o Consórcio DPVAT o montante de sinistros classificados como "possíveis" em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 9.699 (R\$ 2.632 em 31 de dezembro de 2014). A provisão foi baseada em metodologia interna fundamentada no histórico de perdas da Seguradora, e na estrutura de controles internos que possibilita à análise individual dos processos efetuada pelos assessores jurídicos da Seguradora, com vistas a cobrir eventuais pagamentos que sejam devidos em função da resolução final dos processos judiciais. A Administração da Seguradora entende que a provisão constituída é suficiente para atender eventuais perdas decorrentes dos respectivos processos judiciais.

b) Cíveis não relacionadas a sinistros: As ações cíveis referem-se à estimativa global de perdas com ações decorrentes do curso normal das operações, cujos valores estão sendo discutidos judicialmente pela Seguradora.

c) Trabalhistas: As reclamações trabalhistas foram propostas por ex-funcionários da Seguradora que pleiteiam o recebimento de indenizações. Periodicamente a assessoria jurídica interna e externa avalia os valores e a probabilidade de perda das causas. Em 31 de dezembro de 2015 a Seguradora registrou uma provisão de R\$ 152 na rubrica "provisões trabalhistas" (R\$ 66 em 31 de dezembro de 2014).

d) Evolução das provisões judiciais: Demonstramos abaixo a tabela de evolução das provisões judiciais registradas pela Seguradora:

	2015	2014	2015	2014	2015	2014
1) Saldo do início do exercício						
2) Total pago no exercício	1.163	(638)	-	-	2.784	1.755
3) Total provisionado até o fechamento do exercício anterior para as ações pagas no exercício	907	1.050	-	-	1.779	1.536
4) Quantidade de ações pagas no exercício	6.994	6.568	70	14	7.371	9.816
5) Novas constituições no exercício (7+8+9+10)	2.078	3.413	8	5	4.264	3.962
6) Quantidade de ações referentes a novas constituições no exercício	6.994	6.568	70	9	7.371	9.816
7) Novas constituições referentes a citações do exercício	-	-	-	-	-	-
8) Novas constituições referentes a citações do exercício de 2014	-	-	-	-	-	-
9) Novas constituições referentes a citações do exercício de 2013	-	-	-	-	-	-
10) Novas constituições referentes a citações do exercício de 2012 e anteriores	-	-	-	-	-	-
11) Baixa da provisão por êxito	(3.271)	(1.600)	(1)	(79)	(2.418)	(3.505)
12) Variação da provisão por alteração de estimativas ou probabilidades	(1.057)	(1.730)	-	31	27	(49)
13) Alteração da provisão por atualização monetária e juros	1.376	617	17	6	406	14.801
14) Saldo final do exercício (1+2+5+11+12+13)	8.777	6.384	152	66	14.806	14.853

e) Probabilidade de perda das provisões judiciais

	Valor	Valor	Valor	Valor
Probabilidade de perda				
Provável	276	1.813	567	8.184
Possível	3.184	49.585	6.982	60.850
Remota	21	916	134	7.511
Total	3.481	52.592	8.929	6.018

Em 31 de dezembro de 2014

	Valor	Valor	Valor	Valor
Probabilidade de perda				